

PLANO DE TRATAMENTO DE RISCOS

Prior.	Riscos Prioritários	Opções de Tratamento	Relação Custo-Benefício	Implementação		Monitoramento do Risco e seu Tratamento
				Responsável	Prazo	
1	Devido à ausência de previsão de concurso público e à iminência de aposentadoria de servidores essenciais ao processo de aposentadoria, poderá acarretar solução de continuidade.	Elaborar normativo interno acerca do processo de aposentadoria, estabelecendo atribuições e responsabilidades das unidades.	Mais favorável			
		Adotar ações voltadas para a capacitação e compartilhamento do conhecimento com a finalidade mitigar solução de continuidade de áreas críticas do processo de concessão de aposentadoria.	Mais favorável			
		Levantar potenciais servidores do quadro que possuam perfil profissional e interesse em desenvolver carreira em áreas consideradas críticas do Órgão.	Médio			
		Impulsionar projeto de criação de cargos com o fito de suprir a carência de servidores do órgão, sobretudo no processo de concessão de aposentadoria.	Menos favorável			
2	Devido à ausência de revisão da atualização dos cálculos dos proventos, poderão ocorrer falhas em seus valores, o que poderá levar à concessão de aposentadoria com valores de proventos equivocados.	Definir uma unidade responsável pela verificação da conformidade dos cálculos dos proventos, depois de concedida a aposentadoria pela Presidência, e que seja demonstrada nos autos a implementação deste controle.	Mais favorável			
		Aprimorar os controles internos administrativos, mediante elaboração de modelo de check-list para verificação da conformidade.	Mais favorável			
		Promover a capacitação das unidades responsáveis pela elaboração dos cálculos de proventos de aposentadoria, tendo em vista a complexidade da tarefa.	Médio			
3	Devido aos trâmites atuais do processo eletrônico necessitarem de autos físicos, poderá haver falhas na atualização no processo eletrônico das peças produzidas no processo físico, podendo ensejar tumulto processual.	Elaborar normativo interno acerca do fluxo de aposentadoria, estabelecendo atribuições e responsabilidades das unidades.	Mais favorável			
		Aperfeiçoar o processo administrativo de aposentadoria, de modo a definir o atual sistema PROAD como de tramitação exclusiva no Órgão, em homenagem à transparência, celeridade e economia processual, nos termos do art. 6º, §2º da Resolução CNJ nº 201/2015.	Médio			

Prior.	Riscos Prioritários	Opções de Tratamento	Relação Custo-Benefício	Implementação		Monitoramento do Risco e seu Tratamento
				Responsável	Prazo	
4	Em virtude do reduzido quadro de servidores e dos cadastros desatualizados, poderá acontecer demora na tramitação processual, o que poderá acarretar insatisfação do servidor e tempo excessivo de sua tramitação.	Definir indicadores de desempenho do processo de aposentadoria, com vistas a aprimorar os processos internos e imprimir maior celeridade em observância ao Plano Estratégico Institucional deste Regional.	Mais favorável			
		Elaborar normativo interno acerca do fluxo de aposentadoria, estabelecendo atribuições e responsabilidades das unidades.	Mais favorável			
		Adotar ações voltadas para a capacitação e compartilhamento do conhecimento com a finalidade mitigar solução de continuidade de áreas críticas do processo de concessão de aposentadoria.	Mais favorável			
		Promover uma mobilização ("força-tarefa"), com o estabelecimento de cronograma, a fim de sanear/atualizar a base de dados cadastral dos servidores no sistema informatizado, priorizando aqueles próximos da aposentadoria.	Médio			
		Aperfeiçoar o processo administrativo de aposentadoria, de modo a definir o atual sistema PROAD como de tramitação exclusiva no Órgão, em homenagem à transparência, celeridade e economia processual, nos termos do art. 6º, §2º da Resolução CNJ nº 201/2015.	Médio			
		Avaliar a conveniência de eliminar o fluxo processual junto ao Ministério Público, haja vista as evidências identificadas no levantamento inicial desta auditoria, em homenagem ao princípio da celeridade e do custo do controle.	Médio			
		Avaliar a conveniência de se reduzir o fluxo processual junto ao Pleno, haja vista as evidências identificadas no levantamento inicial desta auditoria, em homenagem ao princípio da celeridade e do custo do controle.	Médio			
Em razão dos dados registrados do cadastro realizados de forma equivocada, poderá ocorrer base	Elaborar manual de procedimentos mediante descrição detalhada das rotinas do setor responsável pelo cadastro.	Mais favorável				
	Elaborar modelo de check-list para verificação da conformidade com o fito de tornar o procedimento mais eficiente.	Mais favorável				

Prior.	Riscos Prioritários	Opções de Tratamento	Relação Custo-Benefício	Implementação		Monitoramento do Risco e seu Tratamento
				Responsável	Prazo	
5	de dados dos cadastros inconsistente/desatualizada, podendo ensejar retrabalhos e possíveis inconsistências no mapa do tempo de contribuição.	Promover uma mobilização ("força-tarefa"), com o estabelecimento de cronograma, a fim de sanear/atualizar a base de dados cadastral dos servidores no sistema informatizado, priorizando aqueles próximos da aposentadoria.	Médio			
		Suprir a demanda do setor responsável pelo cadastro com servidores.	Menos favorável			
6	Devido a falhas nos controles internos administrativos, poderá acontecer de o processo de aposentadoria não ser impulsionado quando o servidor permanece de licença médica há mais de 2 anos, podendo acarretar retenção da disponibilidade de vaga e descumprimento legal.	Elaborar normativo interno acerca do fluxo de aposentadoria, estabelecendo atribuições e responsabilidades das unidades responsáveis pelo impulsionamento do processo de aposentadoria por invalidez.	Mais favorável			
		Aprimorar os controles internos administrativos, mediante adoção de rotina, no sentido de cientificar sistematicamente a Secretaria de Gestão de Pessoas acerca dos servidores que se encontram de licença médica a partir de determinado período, para adoção de providências cabíveis (Ex: servidores que se encontram de licença há mais de 1 ano).	Mais favorável			
7	Em virtude de inobservância dos procedimentos e rotinas definidos no Manual de Perícia Oficial em Saúde, poderá ocorrer insuficiência de dados no laudo médico, o que poderá levar ao descumprimento dos normativos e eventuais dificuldades de concessão de direitos a servidores.	Fazer cumprir o Ato TRT7 nº 362/2013, que trata da uniformização dos procedimentos referentes aos serviços de expedição de atestados e de laudos e de realização de perícias.	Mais favorável			
		Implementar os modelos padronizados de atestados e laudos médicos disponíveis, com fundamento no Ato TRT7 nº 362/2013.	Mais favorável			
		Promover a capacitação das unidades responsáveis da área de Saúde.	Médio			
	Em razão de o Regulamento Geral do TRT7 estar desatualizado, poderá ocorrer falta de definição das	Encaminhar o resultado dos trabalhos à Secretaria de Gestão Estratégica com vistas a subsidiar ações de melhoria nos processos de concessão de aposentadorias.	Mais favorável			

Prior.	Riscos Prioritários	Opções de Tratamento	Relação Custo-Benefício	Implementação		Monitoramento do Risco e seu Tratamento
				Responsável	Prazo	
8	competências, atribuições e responsabilidades para as unidades envolvidas, podendo ensejar sobrecarga de tarefas em servidores.	Atualizar o Regulamento Geral do TRT 7ª Região, estabelecendo competências, atribuições e responsabilidades das unidades.	Médio			
9	Devido a deficiências nos fluxos de comunicação, poderá acontecer concessão de aposentadoria a servidor respondendo a processo administrativo disciplinar (PAD), podendo acarretar concessão indevida de aposentadoria.	Definir uma unidade responsável por elaborar certidão a fim de que assegure a fidedignidade das informações acerca de servidores que estejam ou não respondendo por Processo Administrativo Disciplinar.	Mais favorável			
		Que a unidade detentora da informação (atualmente a Diretoria-Geral por ato de delegação - Ato TRT7 nº 139/2016) dê conhecimento à unidade responsável pela elaboração da certidão sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar.	Mais favorável			
10	Em razão de ausência de manual com rotinas e instruções operacionais das atividades, poderão ocorrer tarefas do processo praticadas conforme a praxe da unidade administrativa e a experiência do servidor, podendo ocasionar equívocos no processo e falhas na execução das tarefas.	Elaborar normativo interno acerca do fluxo de aposentadoria, definindo padrões de formulários e modelos de listas de verificação (check-list).	Mais favorável			
		Atualizar o Regulamento Geral do TRT 7ª Região, estabelecendo competências, atribuições e responsabilidades das unidades.	Médio			
11	Devido à base de dados cadastrais dos servidores inconsistente ou desatualizada, poderá ocorrer insuficiência de informações do Mapa de Tempo de Contribuição extraído no atual sistema o que poderá levar	Elaborar modelo de check-list para verificação da conformidade, a fim de tornar o procedimento mais eficiente.	Mais favorável			
		Avaliar o caso de se aprimorar o atual sistema informatizado de Recursos Humanos, ou quando da implementação do novo sistema no âmbito deste Regional, para que seja elaborado o Mapa de Tempo de Contribuição nos moldes do formulário a ser remetido ao TCU (Sisac).	Médio			

Prior.	Riscos Prioritários	Opções de Tratamento	Relação Custo-Benefício	Implementação		Monitoramento do Risco e seu Tratamento
				Responsável	Prazo	
	<p>sistema, o que poderá levar a retrabalho, diligências, possíveis erros na contagem do tempo do servidor.</p>	<p>Promover uma mobilização ("força-tarefa"), com o estabelecimento de cronograma, a fim de sanear/atualizar a base de dados cadastral dos servidores no sistema informatizado de recursos humanos, priorizando aqueles próximos da aposentadoria.</p>	Médio			
12	<p>Em razão de utilização de planilhas eletrônicas e de que o mapa extraído do sistema atual não é o modelo adequado, poderá ocorrer inconsistências na elaboração do Mapa de Tempo de Contribuição, podendo levar a atrasos e retrabalhos.</p>	<p>Aprimorar os controles internos administrativos, mediante elaboração de modelo de check-list para verificação da conformidade.</p>	Mais favorável			
		<p>Definir uma unidade responsável pela elaboração e outra pela conferência do Mapa do Tempo de Contribuição, e que seja demonstrada nos autos a implementação deste controle.</p>	Médio			
		<p>Avaliar o caso de se aprimorar o atual sistema informatizado de Recursos Humanos, ou quando da implementação do novo sistema no âmbito deste Regional, para que seja elaborado o Mapa de Tempo de Contribuição nos moldes do formulário a ser remetido ao TCU (Sisac).</p>	Médio			
13	<p>Em virtude de que os cálculos são realizados em planilha eletrônica, poderão ocorrer falhas nos cálculos dos proventos, levando a concessão de aposentadoria com provento equivocado.</p>	<p>Aprimorar os controles internos administrativos, mediante elaboração de modelo de check-list para verificação da conformidade.</p>	Mais favorável			
		<p>Definir uma unidade responsável pela conferência dos cálculos dos proventos que não a própria Unidade de controle interno e que seja demonstrada nos autos a implementação deste controle.</p>	Médio			
		<p>Promover a capacitação das unidades responsáveis pela elaboração dos cálculos de proventos de aposentadoria, tendo em vista a complexidade da tarefa.</p>	Médio			
14	<p>Devido à ausência de acompanhamento pelas áreas envolvidas, poderá ocorrer inobservância/ observância parcial das recomendações da Secretaria de Controle Interno, o que poderá acarretar possível inconsistência no valor dos proventos.</p>	<p>Adotar mecanismos de controle interno administrativo com o fito de demonstrar nos autos o atendimento das recomendações expedidas da Secretaria de Controle Interno.</p>	Mais favorável			
		<p>Ajustar as atividades do controle interno de modo que sejam monitoradas as recomendações anteriormente expedidas por ocasião da análise do formulário SISAC.</p>	Mais favorável			

Prior.	Riscos Prioritários	Opções de Tratamento	Relação Custo-Benefício	Implementação		Monitoramento do Risco e seu Tratamento
				Responsável	Prazo	
15	Em virtude de ausência de normativo interno e de formulário padronizado, poderá ocorrer inconsistências e/ou ausência de informações averbadas pelo servidor referentes aos períodos laborativos em outros órgãos/entidades, podendo levar ao cálculo dos proventos de forma equivocada.	Elaborar normativo interno acerca do fluxo de aposentadoria, estabelecendo os elementos necessários para averbação, bem como atribuições e responsabilidades das unidades.	Mais favorável			
		Aprimorar os controles internos administrativos, mediante elaboração de modelo de check-list para verificação da conformidade.	Mais favorável			
16	Em razão da ausência de treinamento/reciclagem, poderá ocorrer interpretação divergente/equivocada da legislação, podendo levar à concessão de direitos sem albergue legal.	Promover a capacitação das unidades responsáveis acerca do processo de aposentadoria, tendo em vista a complexidade do tema.	-			
17	Devido à ausência de normativo interno e de formulário padronizado, poderá ocorrer inobservância dos documentos necessários ao pleito da aposentadoria, podendo ensejar retrabalho, atrasos e diligências.	Elaborar normativo interno acerca do fluxo de aposentadoria, estabelecendo atribuições e responsabilidades das unidades.	Mais favorável			
		Elaborar e adotar modelos padronizados de formulários contendo os elementos necessários para instrução do processo de aposentadoria.	Mais favorável			

Prior.	Riscos Prioritários	Opções de Tratamento	Relação Custo-Benefício	Implementação		Monitoramento do Risco e seu Tratamento
				Responsável	Prazo	
18	Ações assistencialistas com possível detrimento de ações ocupacionais (Médico perito com atribuições de médico assistencialista)	Veicular nos meios institucionais (memorando-circular, intranet etc) que a perícia médica é dispensada desde que licença não ultrapasse o período de dois dias corridos, nos termos do art. 5º do Ato TRT7 nº 20/2011.	Mais favorável			
		Avaliar a conveniência de aperfeiçoar o Ato TRT7 nº 20/2011, a fim de que esteja em harmonia com o Decreto Federal nº 7.003/2009 (que regulamenta os arts. 203 a 205 da Lei nº 8.112/90), o qual dispensa a atuação da perícia oficial, quando a licença médica não ultrapasse cinco dias corridos, em homenagem ao princípio da celeridade e custo do controle.	Médio			
		Mitigar os atendimentos assistencialistas e implementar gradualmente medicina ocupacional, nos termos da Resolução CSJT nº 141/2014.	Médio			